

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO****SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA****NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e**

RPS Nº 1567, emitido em 01/11/2023

Número da Nota

00001567

Data e Hora de Emissão

01/11/2023 14:16:16

Código de Verificação

ASCH-SLS7

20231101u20390376000167

PRESTADOR DE SERVIÇOSCPF/CNPJ: **20.390.376/0001-67**Inscrição Municipal: **4.986.681-8**Nome/Razão Social: **CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA.**Endereço: **AL JOAQUIM EUGENIO DE LIMA 680, CONJ 171 - JARDIM PAULISTA - CEP: 01403-901**Município: **São Paulo**UF: **SP****TOMADOR DE SERVIÇOS**Nome/Razão Social: **FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE**CPF/CNPJ: **121.337.283-68**Inscrição Municipal: **----**Endereço: **PC dos Três Poderes , Gabinete 219 - Zona Cívico-Administrativa - CEP: 70160-900**Município: **Brasília**UF: **DF** E-mail: **----****INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS**CPF/CNPJ: **----**Nome/Razão Social: **----****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Relações com a imprensa e consultoria estratégica;
Desenvolvimento da estratégia de posicionamento;
Definição de planejamentos de comunicação;
Revisão e atualização de materiais de apoio para o relacionamento com a imprensa e demais stakeholders: fact-sheets, perguntas e respostas, mensagens-chave, perfis de veículos e jornalistas;
Gerenciamento de atendimento à imprensa e análise de oportunidades;

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO ITAÚ

AGÊNCIA: 3100

C/C: 24614-3

CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 8.666,66

INSS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
-	-	-	-	-

Código do Serviço

02534 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito (R\$)
0,00	8.666,66	5,00%	433,33	0,00

Município da Prestação do Serviço	Número Inscrição da Obra	Valor Aproximado dos Tributos / Fonte
-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES

(1) Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 14.097/2005; (2) Estabelecimento impedido de recolher o ICMS/ISS pelo Simples Nacional, nos termos do § 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 123, de 2006.; (3) Esta NFS-e substitui o RPS Nº 1567, emitido em 01/11/2023;

RECIBO

Declaro para os devidos fins, como representante legal da Caravelas Consultoria e Comunicação Ltda – EPP, CNPJ nº 20.390.376/0001-67, que recebemos de FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE, R\$ 8.666,66 (oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), referente à prestação de relações com a imprensa e consultoria estratégica; desenvolvimento da estratégia de posicionamento; definição de planejamento de comunicação; Revisão e atualização de materiais de apoio para o relacionamento com a imprensa e demais stakeholders: fact-sheets, perguntas e respostas, mensagens-chave, perfis de veículos e jornalistas; gerenciamento de atendimento à imprensa e análise de oportunidades, conforme nota fiscal nº 1567.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.



Luiz Otávio Bueno Cabral

Sócio Proprietário

Relatório de atividades- Danilo Forte

Em outubro, atuamos no trabalho de relações públicas do deputado Danilo Forte (União-CE), com foco em aumentar a exposição da atuação parlamentar junto à imprensa nacional e local. Assim, realizamos os seguintes serviços:

- **Assessoria de Imprensa:** realização de conversas de relacionamento, elaboração de releases e artigos, agendamento de entrevistas e monitoramento do noticiário.
- **Comunicação estratégica:** elaboração de notas de bastidor e interlocução com os principais veículos de comunicação do país.
- **Atendimento:** disponibilização de uma coordenação e profissionais para atendimento integral do cliente, presencial e à distância.

Neste mês, conseguimos dar destaque na imprensa nacional aos projetos apresentados pelo cliente na Câmara dos Deputados, além de auxiliarmos na elaboração de conteúdo para redes sociais.

Dados de mídia

- **Valoração das matérias:** R\$ 23.531.846,9
- **Total de notícias:** 2.278

Fonte: Knewin PR





veja

Economia

A sinergia entre Fernando Haddad e relator do Orçamento

O parlamentar sinalizou que está alinhado com o ministro na eliminação de penduricalhos que onerem os cofres federais

O ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, afirmou ao deputado **Danilo Forte (União Brasil-CE)**, relator da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, que está preocupado com a possibilidade de o Congresso Nacional acrescentar ao texto da LDO medidas que aumentem os gastos públicos.

De seu lado, o parlamentar sinalizou que está alinhado com o ministro na eliminação de penduricalhos que onerem os cofres federais. A contenção de gastos é essencial para reduzir o risco fiscal do país.

FOLHA DE S. PAULO



Balbúrdia fiscal

Prevê-se megabloqueio de gastos em 2024, o que deve acirrar pressão contra meta



O deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE), relator do projeto de LDO - Ff Fre Ladeira, Fofuapress

A pouco mais de dois meses da virada do ano, ainda é total a indefinição quanto à política fiscal em 2024 —isto é, sobre como o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai gerir as contas do Tesouro Nacional de modo a influenciar inflação, taxas de juros e confiança de consumidores e empresários.

Como a **Folha** noticiou, especialistas já antevêm a necessidade de um bloqueio decorrenal de despesas logo no início do exercício, a fim de buscar o cumprimento da meta de eliminar o déficit orçamentário. As estimativas vão de R\$ 30 bilhões a mais de R\$ 50 bilhões.

A mera cogitação de um contingenciamento de tais proporções já basta para evidenciar que o Orçamento do próximo ano está baseado em previsões bem pouco confiáveis para a arrecadação de impostos. O problema é maior, porém.

A rigor, nem mesmo existe meta fiscal formalizada. A promessa de equilibrar gastos e receitas está no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que antecede a elaboração do Orçamento e deveria ter sido aprovada no primeiro semestre —mas, espantosamente, ainda tramita no Congresso.

O atraso não se deve a algum descuido nas relações do Planalto com sua base parlamentar. Estão em jogo pressões dentro e fora do governo pela adoção de uma meta mais fraca ou, como preferem seus defensores, mais realista.

Entre eles está o próprio relator da LDO, o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que partilha do entendimento quase unânime de que será muito difícil que se materializem todas as receitas esperadas no projeto de lei orçamentária.

Os argumentos têm lá sua lógica, mas o abandono formal do déficit zero elevaria sobremaneira as ameaças às contas públicas. Estaria aberta a porta para todo tipo de demanda da área política do governo e dos partidos aliados.

É melhor, pois, que se façam todos os esforços possíveis para ao menos aproximar o resultado do Tesouro do equilíbrio desejado —o que, de todo modo, apenas retardaria a escalada da dívida pública.

Está claro que qualquer plano crível de ajuste orçamentário de longo prazo precisa passar pelo controle dos gastos obrigatórios, casos de Previdência, pessoal, saúde, educação e benefícios sociais.

Não se trata de cortar programas prioritários, mas de regular sua expansão de modo que se subnotem à receita disponível sem tirar o espaço de outros setores.

O governo Lula não apenas recusa esse debate como restabeleceu regras capazes de elevar permanentemente tais despesas. Com isso, pode ser obrigado a escolher entre os riscos políticos de um megabloqueio dos demais gastos públicos e os riscos econômicos de aprofundar a balbúrdia fiscal.

FOLHA DE S. PAULO



Relator da LDO negocia aumentar controle sobre 'emendas Pix'

Danilo Forte tem conversado com Bruno Dantas, do TCU, sobre mecanismos de fiscalização sobre repasses a prefeituras desvinculados de projetos específicos

BRASÍLIA Relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), o deputado Danilo Forte (União CE) está conversando com o presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, sobre como incluir no texto mecanismos de controle sobre as transferências especiais, as chamadas "emendas Pix".



Deputado federal Danilo Forte (União-CE), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em entrevista à Folha - Pedro Ladeira/Folhapress

A negociação do deputado ocorre em meio a uma movimentação do Congresso para tentar ampliar no Orçamento o espaço reservado para transferências especiais. As emendas Pix são um tipo de emenda individual impositiva que permite acelerar o repasse de verbas para estados e municípios, sem vínculo com projetos específicos, o que dificulta a fiscalização pelos órgãos de controle.

A ideia do relator é estabelecer como contrapartida à ampliação dos recursos uma forma de identificar o destino da verba depois que ela chega ao município. Desta forma, além de aumentar a fiscalização sobre o dinheiro, o parlamentar responsável pelo envio também ficaria com seu carimbo junto à prefeitura.

"Quanto mais enxuto e impositivo for orçamento, maior é a transparência sobre os recursos. Quanto mais inchado ele for, pior é a execução e mais difícil fica para se fazer o controle", diz o deputado.

Em abril, o TCU firmou entendimento de que o controle da aplicação das transferências especiais para prefeituras cabe às cortes de contas estaduais e municipais.

O TEMPO

Relator do Orçamento defende agilidade na aprovação da reforma tributária

Deputado federal Danilo Forte participa de audiência pública em Belo Horizonte e diz que mudança será muito boa para os municípios

O parlamentar ainda avaliou que as mudanças no sistema de tributação brasileiro será "muito boa" para os municípios, embora muitos prefeitos temam perder recursos com a unificação dos impostos estaduais e municipais que existem atualmente, uma das alterações previstas na reforma.

"A reforma tributária muito boa para os municípios, na grande maioria dos municípios brasileiros você tem o consumo e o imposto vai para o consumo, então o imposto agora não vai ficar retido na produção, a grande maioria dos municípios vão receber de transferência muito mais do que recebem hoje", explicou Forte.

PODER

360



Projeto das subvenções não deve passar em 2023, diz relator do PLDO

Texto que prevê menos benefícios tributários a empresas lucrativas é uma das prioridades do governo



O relator do PLDO 2023 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária), deputado federal Danilo Forte (União-CE)

O relator do PLDO 2023 (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária), deputado federal Danilo Forte (União-CE), disse que não deve ser aprovado neste ano o projeto de lei que trata sobre as subvenções dos custeios sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O texto que substitui a MP (medida provisória) de nº 1.185 foi protocolado no Congresso nesta 2ª feira (23.out.2023). Ele teve reunião com governadores do Nordeste e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta 3ª feira (24.out.2023).

Relator de LDO pede estudo sobre criação de 'emendas de liderança'

Danilo Forte prevê reação do Congresso para diminuir poder do governo sobre a definição de contingenciamento necessário para cumprir meta fiscal

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Câmara dos Deputados, **Danilo Forte** (União Brasileira), disse nessa quinta-feira (19) que pediu um estudo a técnicos da Comissão Mista de Orçamento sobre a viabilidade da implantação da "emenda de liderança". Segundo Forte, a criação deste tipo de emenda, que teria caráter impositivo, foi sugestão "de alguns líderes" da Casa. Ele ressaltou que ainda não avalia o mérito da proposta, apenas sua viabilidade.

A inspiração para a criação da emenda de liderança viria de instrumento existente na Alemanha. As emendas parlamentares por este modelo são definidas em função do tamanho das bancadas. Forte disse que o mecanismo de emendas de liderança, caso de fato venha a ser proposto, "tiraria qualquer opacidade ao Orçamento". "Desde o fim do chamado 'orçamento secreto' há uma parte do Orçamento a que ninguém tem acesso", afirmou.

Viaje pelo Brasil
com wi-fi grátis
e snacks a bordo

A partir de
R\$199 em
bilhete

o céu é
Azul

O TEMPO

Forte prevê votação da LDO em novembro e cobra revisão de gastos do governo

Relator da peça Orçamentária afirma que o governo ainda não definiu como vai cobrir o déficit: 'meta fiscal zero é otimismo muito grande'

O deputado federal Danilo Forte (União-CE), relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), afirmou em entrevista a **O Tempo Brasília** que o texto deve ser votado pelo Congresso Nacional em novembro. A Constituição prevê que o Legislativo precisa apreciar a peça Orçamentária o dia 15 de julho de cada. No entanto, se tornou comum os parlamentares não conseguirem analisar a tempo e deixarem para o segundo semestre.

Segundo Forte, a prioridade no Parlamento agora é votar outros projetos da área econômica, como a taxação das offshores e dos fundos exclusivos, além da conclusão da reforma tributária. "Acho que agora estamos no fechamento. E esse cronograma passa pelas matérias econômicas que estão no Congresso. [...] Minha expectativa é que até o final de outubro, a gente consiga concluir essas matérias na Câmara e no Senado, e em novembro, a gente consiga votar a LDO", acredita.

O TEMPO

Relator da LDO defende redução do ICMS sobre os combustíveis

Danilo Forte criticou medidas do governo Lula e defendeu incentivos a novas fontes de energia

O deputado federal Danilo Forte (União-CE), relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), criticou a medida do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de retomar a cobrança do ICMS sobre os combustíveis. Em entrevista a **O Tempo Brasília**, o deputado, que foi um dos autores da lei que limitava a cobrança do tributo sobre os combustíveis, aprovada no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, defendeu a mudança.

“De novo, a gente tem que ter muita clareza em relação a isso. Não adianta matar a galinha dos ovos de ouro. Tem que dar condição para que ela possa se desenvolver. E a sobrevivência passa nesse momento pela redução da carga tributária”, disse.

Na avaliação de Forte, além da redução de impostos, o caminho passa pelo incentivo à produção de fontes renováveis de energia, como o metanol verde, mercado onde o Brasil, segundo ele, tem potencial para ser protagonista. Ele, no entanto, também tece críticas ao governo ao dizer que há coordenadores de cinco ministérios diferentes para conduzir a transição energética - dos combustíveis fósseis para as fontes renováveis.

“Está faltando uma conjunção de diálogo dentro do próprio governo. Só dentro da transição energética tem 5 coordenações. Quem tem cinco coordenadores não tem nenhum. [...] Falta uma centralidade e um poder de decisão focado na retomada do desenvolvimento econômico do país”, apontou.

CBN

'Governo não pode desmerecer esforço feito por Haddad', diz deputado relator da LDO

O jornal da CBN recebe o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Danilo Forte, para falar sobre o projeto. Para o deputado, a fala de Lula na última sexta-feira (27), mostra que o governo precisa dialogar internamente antes de dialogar com a sociedade. Na ocasião, Lula disse que 'difícilmente' se chegará à meta de atingir déficit zero em 2024. 'O governo não pode simplesmente desmerecer todo o esforço feito pelo ministro Haddad', afirma.



DURAÇÃO: 00:11:10



Deputado Danilo Forte. Foto: Agência Câmara

PODER

360



Relator da LDO sinaliza mudança na meta fiscal após fala de Lula

Se for adiante, será a 1ª vez na história que o Congresso altera a meta enviada pelo governo; para o Centrão, Haddad perdeu autoridade



Danilo Forte (foto) é o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias

O relator da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), deputado [Danilo Forte](#) (União Brasil-CE), sinalizou a outros congressistas que está disposto a avançar na discussão para mudar a meta fiscal enviada pelo governo. A mudança é motivada pela fala do presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](#) (PT) em café da manhã com jornalistas.

Eis o que disse o presidente:

"O que posso dizer é que ela [meta fiscal] não precisa ser zero. Eu não vou estabelecer uma meta que me obrigue começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias para este país".



Congresso quer blindar emendas parlamentares de cortes de verba feitos pelo governo

Proposta do relator da LDO, deputado Danilo Forte, tem amplo apoio no Legislativo; equipe econômica de Lula busca zerar rombo das contas públicas em 2024

BRASÍLIA – O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado **Danilo Forte** (União Brasil-CE), quer incluir no texto um mecanismo para proteger **emendas parlamentares** de cortes e bloqueios feitos pelo governo. A proposta, segundo ele, tem amplo apoio do [Congresso](#).

Ao *Estadão/Broadcast*, Forte afirmou que, já que o governo não mostra disposição em alterar a **meta fiscal de déficit zero**, o Congresso também não deve encabeçar a mudança. Criar regras para limitar o contingenciamento de emendas seria o caminho para preservar os recursos de parlamentares em ano eleitoral.

Governo articula para votar LDO no Congresso até o fim do ano

Votação da LDO deveria ocorrer até agosto, mas foi adiada após um apelo do governo, que preferiu esperar a aprovação do novo marco fiscal

O **Congresso Nacional** começou a mobilização para destravar a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no primeiro semestre. **A LDO chegou ao Congresso em abril**, mas, depois de seis meses, ainda não foi votada pelos parlamentares.

A votação deveria ocorrer até agosto deste ano, mas foi adiada após um apelo do governo, que preferiu esperar a aprovação do novo marco fiscal. O texto da LDO tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO), com relatoria do deputado Danilo Forte (União-CE).

o antagonista

“Sigo disposto a revisar a meta”, diz relator da LDO

O deputado Danilo Forte (União-CE) afirmou que o “pior dos mundos” seria iniciar 2024 sem orçamento

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado **Danilo Forte (União-CE, foto)**, afirmou nesta terça-feira, 31, que segue disposto a revisar a meta fiscal para dar início à discussão formal da LDO.

Segundo o parlamentar, o “*pior dos mundos*” seria iniciar 2024 sem orçamento.



Relator da LDO admite rever meta e diz que Lula jogou 'ducha de água fria' na pauta arrecadatória

Deputado Danilo Forte avalia que fala do presidente sobre meta fiscal esfriou a votação das matérias arrecadatórias, como a que afeta grandes empresas, e colocou o ministro Haddad em situação delicada.

BRASÍLIA - O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado **Danilo Forte** (União-CE), afirmou ao **Estadão** que está "totalmente" aberto a uma revisão da **meta de déficit zero** no ano que vem e avaliou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva jogou uma "ducha de água fria" nas pautas arrecadatórias, **ao colocar em dúvida o cumprimento do objetivo fiscal no ano que vem.**

Forte disse, porém, que o tempo é "exíguo". "O governo ainda está na expectativa da definição, dessa possibilidade, se vai mudar ou não (*a meta*). Eles ainda não disseram se vão enviar a mensagem modificativa. Por isso que eu acho que precisam agilizar", afirmou Forte, que nesta segunda-feira à noite se reuniu com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, no Palácio do Planalto.

CORREIO BRAZILIENSE

Mudança na meta de resultado fiscal será decidida no debate da LDO

Parlamentares que estiveram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizem que prioridade, no momento, é seguir a orientação do ministro Fernando Haddad, para aprovar a pauta econômica que tramita nas duas Casas e que elevam a arrecadação

O governo vai deixar com o Congresso a decisão sobre alterar ou não a meta de resultado fiscal para 2024. Na próxima semana, o [relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias \(PLDO\)](#), Danilo Forte (União-CE), vai apresentar o [seu parecer na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização \(CMO\)](#) e, ao longo das discussões, a alteração poderá ser feita, a partir de negociação entre governo e Parlamento.

onews



Danilo Forte comemora aprovação do PDL no Senado que reduz custos de geração de energia limpa no Nordeste

A Comissão de Infraestrutura do Senado Federal aprovou nesta terça-feira, 24, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) de autoria do deputado federal Danilo Forte (União Brasil). O PDL tem como objetivo revogar as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que alteraram o sinal locacional, tornando mais caro os custos de geração de energia limpa no Norte e no Nordeste.

A medida da Aneel também desonerou os principais centros consumidores comprarem energia do Norte-Nordeste. O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Por meio de suas redes sociais, Danilo comemorou a aprovação de sua proposição e já adiantou sua torcida para que o PDL seja aprovado também na CCJ do Senado.

"O setor de energia é fundamental para gerar emprego e renda na nossa região. Não podemos permitir que a Aneel o sabote em favor dos lobbies de outras regiões. Isso é um golpe contra o combate às desigualdades regionais que não podemos tolerar", escreveu o parlamentar.

"É uma grande vitória para o Nordeste. Os senadores tiveram a sensibilidade de reconhecer, assim como a Câmara o fez, a injustiça da resolução da Aneel. Além de não reduzir as contas de luz como fora prometido, as aumentou expressivamente e retirou investimentos no Norte e Nordeste", finalizou o deputado.